

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
CORAÇÃO EUCARÍSTICO
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

FILOSOFIA: RAZÃO E MODERNIDADE

caderno de textos

Prof. Dr. Claudemir Francisco Alves

Belo Horizonte
2024/1

TEXTO 1

SOBRE A BREVIDADE DA VIDA

Sêneca
(4 a. E. C. – 65 E.C.)

SÊNECA. *Sobre a brevidade da vida*. São Paulo: Edipro, 2020. p. 13-23; 35-39; 45-46.

- I -

1. A maior parte dos mortais, Paulino¹, lamenta-se sobre a maldade da natureza, porque nascemos para viver poucos anos, e este espaço de tempo que nos é dado passa tão rápido, tão velozmente, que, com poucas exceções, a vida abandona os demais enquanto ainda se preparam para viver. E não foram, como acreditam, apenas a multidão e o povo insensato que sofreram por esse mal comum: o sentimento evocou reclamações também de homens ilustres.
2. Por isso aquela famosa máxima do maior dos médicos: “a vida é breve, a arte, longa”.² Por isso a queixa de Aristóteles, pouco conveniente a um homem sábio, quando criticou a natureza: “ela concedeu aos animais tanto tempo que podem durar cinco ou dez gerações, mas ao homem, nascido para grandes e muitas realizações, ela estabeleceu um limite muito mais breve”.
3. Não temos pouco tempo, mas desperdiçamos muito. A vida é longa o suficiente e nos foi dada generosamente para a realização das

¹ Pompeio Paulino, membro da ordem equestre, proveniente de Arles. Foi responsável pela distribuição de grãos em Roma entre os anos 48 e 55 E.C.

² Hipócrates, *Aforismos*, 1.1.

mais altas empreitadas, se toda ela for bem empregada; mas quando se dissipa no luxo e na negligência, quando se gasta em nada de bom, só então, constrangidos pelo fim inescapável, sentimos que passou enquanto não percebíamos que passava.

4. É assim: não recebemos uma vida breve, mas a tornamos; e não somos carentes, mas pródigos. Do mesmo modo, quando uma enorme e régia riqueza chega às mãos de um mau dono, perde-se em um único instante; mas uma riqueza, ainda que módica, se for entregue a um bom guardião, cresce com o seu próprio uso, assim também a nossa existência muito se expande para quem dispõe bem dela.

- II -

1. Por que reclamamos da natureza? Ela se comporta com bondade; a vida, se você sabe como usá-la, é longa. Porém, um é preso por uma avareza insaciável; outro, por um empenho ativo em atividades supérfluas; um é encharcado pelo vinho, outro, entorpecido pela ignorância; um, exaurido por uma ambição que sempre depende do juízo dos outros; outro, conduzido por um desejo incessante por todas as terras e todos os mares na esperança de lucro; alguns são atormentados pelo amor às armas, constantemente tentando levar perigos aos outros ou tementes que outros levem perigos a si; há aqueles que, por um servilismo voluntário, são consumidos pelo culto aos seus superiores ingratos.
2. Muitos se detêm na perseguição à sorte alheia ou no lamento quanto à sua própria; a maior parte, que não busca nada em específico, jogou-se em meio a novos projetos por uma leveza inconstante, vaga e displicente consigo mesma; a alguns nada que possa lhes ditar um caminho agrada, e o destino os surpreende despreparados e bocejantes, tanto que eu não posso duvidar que seja verdade aquilo que foi dito pelo maior dos poetas, à maneira de um oráculo: “pequena é a parte da vida em que vivemos”.

3. Tudo que resta, de fato, não é a vida, mas tempo. Vícios surgem e nos cercam por todos os lados, não nos permitem emergir ou mover os olhos em busca da verdade, mas nos empurram imersos e presos em direção ao desejo. Nunca lhes é permitido voltar a si mesmos; se alguma vez, por acaso, algum sossego os toca, eles se agitam como se em alto-mar em que depois do vento ainda há turbulência, pois seus desejos nunca lhes dão repouso.
4. Pensa que falo sobre aqueles cujos crimes são conhecidos? Repara naqueles cuja felicidade todos se juntam para ver; são sufocados por sua própria prosperidade. Quantos acham a riqueza um fardo! Quantos perdem sangue por causa da eloquência e necessidade cotidiana de exibir o seu talento! Quantos empalidecem por causa de volúpias desenfreadas! Quantos deixam de ser livres por conta da quantidade de clientes que os cercam! Finalmente observa todos estes, desde os mais humildes aos mais poderosos: estes procuram quem os represente, aqueles aceitam, o outro é julgado, outro o defende, aquele julga, ninguém faz caso de si mesmo, um se consome no outro. Busca saber sobre estes cujos nomes são conhecidos de cor, verás que eles se distinguem pelos seguintes fatores: um segue fulano, ciclano segue beltrano, ninguém é de si próprio.
5. Portanto é completamente insana a indignação de alguns: reclamam por causa do desprezo dos superiores, porque estes não tiveram tempo quando queriam ter com eles! Alguém que nunca tem tempo para si mesmo ousa reclamar da soberba de outro? No entanto, de tempos em tempos, aquele olhou para você; quem quer que você seja, ainda que um semblante insolente, ele emprestou os ouvidos às suas palavras, deu-lhe um lugar a seu lado: mas você nunca lhe dignou olhar para si ou ouvir a si mesmo. Portanto não há motivo para que impute a alguém essas obrigações, uma vez que, quando você as fazia, não era porque queria a companhia de outro, mas porque não poderia estar consigo mesmo.

- III -

1. É possível que todos os talentos que algum dia brilharam concordem apenas em uma única coisa: nunca se espantarão o suficiente diante desta neblina das mentes humanas. Não permitem que ninguém ocupe seus imóveis e, se há uma pequena disputa sobre o limite de suas propriedades, correm às armas e às pedras; mas permitem que outros se intrometam em sua vida, e até mesmo convidando aqueles que serão donos dela. Não se encontra ninguém que queira dividir seu dinheiro; já a vida, quanto cada um entre muitos a distribui! São sovinas quando se trata de gastar o patrimônio, ao passo que, com relação a gastar o tempo, são perdularíssimos com a única coisa em que é justo ser avarento.
2. Assim eu gostaria de abordar uma pessoa dentre aquelas de mais idade: “vemos que o senhor chegou a uma idade bem avançada, pesam-lhe cem anos ou mais; vamos, rememora seus anos para que os avalie. Relembre quanto do seu tempo foi tirado de você por um credor, quanto por uma amante, um rei, um cliente, quanto por brigas com a esposa, por punição aos servos, por transitar pela cidade a trabalho. Acrescente as doenças, as quais fazemos com nossas próprias mãos, acrescente também o quanto passou sem fazer nada; verá que você tem menos anos do que conta.
3. Traga de volta à sua memória as vezes em que tinha um plano concreto, quantos dias procederam como imaginava, quando usou o tempo para você mesmo, quando seu rosto repousou naturalmente, quando seu ânimo foi destemido, que obra realizou em tão longo tempo, como muitos extirparam a sua vida enquanto você não percebia o que estava perdendo, quanto você perdeu por uma dor vazia, uma alegria boba, um desejo ávido, uma

conversa falsa, quão pouco de você foi deixado daquilo que era? Você entenderá que morria de modo prematuro”.

4. Qual é então a causa disso? Vocês vivem como se fossem viver para sempre, a sua fragilidade nunca os socorreu, não observaram quanto tempo já havia transcorrido; mas o desperdiçam como se sua fonte fosse cheia e transbordante, nesse ínterim, aquele mesmo dia que é doado a uma outra pessoa, a uma outra coisa, talvez seja o último. Vocês temem tudo sendo mortais, e desejam tudo como se fossem imortais.
5. Você ouvirá muitos que dirão: “quando eu tiver cinquenta anos me aposentarei, aos sessenta anos, me retirarei dos cargos”. E quem garante que terá uma vida tão longa? Quem aceitará que as coisas aconteçam de acordo com o que deseja? Não sente vergonha por reservar para si essas sobras de vida e destinar ao exercício da boa mente apenas este tempo que não podia ser usado para mais nada? Quão atrasado é começar a viver quando a vida está para terminar! Como é estúpido esse esquecimento da mortalidade e deixar os melhores planos para os cinquenta e sessenta anos e ainda querer começar a vida em um ponto ao qual poucos chegaram!

- VII -

3. Por fim, todos concordam que nada pode ser feito bem por alguém ocupado, nem a eloquência nem os estudos liberais, uma vez que uma alma distraída não capta nada de modo mais aprofundado, mas rejeita tudo como se lhe fosse imposto. Nada é menor do que viver para alguém ocupado; conhecimento nenhum é mais difícil. Por todo canto são muitos os que professam as outras artes, algumas das quais, em verdade, até mesmo crianças parecem ter tomado conta, de modo que podem ensinar. Deve-se aprender a viver por toda a vida, e, por mais que você se admire, toda a vida é um aprender a morrer.

4. Muitos dos homens mais importantes, tendo abandonado todos os empecilhos e renunciado às riquezas, aos cargos e desejos, buscaram uma única coisa até a mais extrema velhice: saber viver. Muitos deles, todavia, deixaram a vida tendo confessado ainda não saber, de modo que esses outros sabem menos.
5. Acredite, é próprio de homem magnânimo e acima dos erros humanos não permitir que seja retirado nenhum momento de seu tempo, e por isso a vida dele é longuíssima, porque, por toda a extensão que tenha durado, tomou tudo para si. Nada, assim, ficou descuidado e ocioso, nada na dependência de outro, e nem, certamente, encontrou algo digno de ser trocado pelo seu tempo, guardião parciomoniosíssimo dele. Assim, o tempo foi suficiente para ele; mas àqueles é certo que tenha faltado, pois muito da vida foi tolhido pelo povo.
6. E nem por isso julgue que eles por vezes não entendem seu erro. Com certeza você ouvirá muitos destes, que são oprimidos por sua grande felicidade, vez ou outra exclamarem, entre as hordas de clientes ou processos jurídicos ou outras honrarias miseráveis: “não me deixam viver”. Como poderiam deixar?
7. Todos aqueles que lhe chamam afastam-lhe de você mesmo. Quantos dias aquele réu tomou? Quantos aquele candidato? Quantos aquela velha, cansada de enterrar herdeiros? Quantos aquele que finge estar doente para provocar a cobiça dos caçadores de testamento? Quantos aquele amigo mais poderoso que não lhe tem em amizade, mas em seu cortejo? Eu digo, revise e reconte os dias da sua vida; verá que sobraram para você poucos e sem valor.
8. Há aquele que, depois de ter conseguido os cargos que buscava, deseja abandoná-los logo em seguida e diz: “quando este ano vai terminar?” O outro patrocina jogos públicos, o que considerou como grande sorte, ele diz: “quando me livrarei deles?” Aquele patrono é disputado em todo o fórum e, sendo grande a multidão até para além do que pode ser escutado, diz: “quando terei

- férias?” Cada um precipita sua própria vida e sofre pelo desejo do futuro e o tédio do presente.
9. Mas aquele que concede o tempo ao seu próprio uso, que dispõe de cada dia como se fosse o último, nem deseja o amanhã nem o teme. Pois que novo prazer alguma hora já lhe poderia trazer? Tudo foi compreendido, tudo foi colhido até a saciedade. Sobre o restante, que a sorte arranje como queira: a vida já está segura. A este é possível acrescentar algo, mas nada subtrair, e acrescentar-lhe assim como a alguém já bastante cheio de comida, que nem a deseja e nem a busca.
 10. Não se deve julgar que alguém viveu por muito tempo por causa dos cabelos brancos e rugas: ele não viveu muito tempo, mas existiu muito tempo. De fato, consideraria ter navegado muito quem, logo que tivesse saído do porto, fosse carregado para lá e para cá por uma cruel tempestade e vicissitudes dos ventos de diversas direções, tivesse sido forçado a mover-se em círculos pelo mesmo lugar? Este não navegou muito, mas foi muito sacudido.

- IX -

1. Pode haver algo mais estúpido do que o pensamento de algumas pessoas? Falo daquelas pessoas que fazem pouco caso da prudência. Ocupam-se ativamente para que vivam melhor. Constroem sua vida ao gastar a vida! Organizam seus planos em longo prazo, mas a protelação é o que há de maior prejuízo para a vida. Esta primeiro retira de nós cada um dos dias, arranca o presente enquanto nos promete o futuro. O maior obstáculo da vida é a expectativa, que depende do amanhã e perde o hoje. Você dispõe do que está na mão da Fortuna, desde o que está na sua. Para onde olha? Para onde se estica? Tudo que ainda há de vir jaz na incerteza. Viva já!

4. Por acaso é duvidoso que os melhores dias fujam primeiro aos infelizes mortais, isto é, aos ocupados? A velhice oprime tanto as almas pueris destes que chegam a ela despreparados e desarmados, pois nada providenciaram: caíram nela de súbito e sem esperar, não percebiam que ela chegava dia após dia.
5. Da mesma forma que uma conversa, uma leitura ou algum pensamento mais profundo distrai o viajante e faz parecer que chegou antes, sem perceber que se aproximava, assim também é o tumultuado e celeríssimo caminho da vida, o qual percorremos no mesmo passo alertas e dormentes, aos ocupados não aparece senão no fim.

TEXTO 2

A ESTRUTURA DA VIDA, SUBSTÂNCIA DA HISTÓRIA

José Ortega y Gasset
(1883 – 1955)

ORTEGA Y GASSET, José. **Ao redor de Galileu**: esquema das crises históricas. Campinas: Vide Editorial, 2022. p. 17-24.

Esta é a segunda de um conjunto de doze aulas de um curso dado por Ortega y Gasset na Cátedra Valdecilla, da Universidade Central, com o título: Ao redor de Galileu (1550-1650). Ideias sobre as gerações decisivas na evolução do pensamento europeu.

Na aula anterior, eu insinuava que toda ciência de uma realidade, seja esta corporal ou espiritual, tem de ser uma construção, e não um mero espelho dos fatos. A física, porque fez isso no tempo de Galileu, constitui-se como ciência exemplar e norma de conhecimento durante toda a Idade Moderna.

A história precisa tomar uma decisão semelhante, e se dispor a construir. Bem entendido que essa semelhança entre a física tal qual é e uma história tal e como deve ser se reduz, em princípio, a este ponto: a construtividade. As demais características da física não têm por que serem desejadas pela história. Por exemplo, a exatidão. A exatidão da física, entenda-se, a exatidão de aproximação que lhe é própria, não procede de seu método construtivo como tal, mas lhe é imposta por seu objeto, a imensidão. Não é tanto o pensamento físico que é exato, mas seu objeto – o fenômeno físico. É, pois, um *quid pro quo* entregar-se a elegíacas lamentações sobre a incapacidade de exatidão que sempre afligirá a história. O contrário, sim, seria

lamentável. Se a história, que é a ciência das vidas humanas, fosse ou pudesse ser exata, significaria que os homens são pedras, pedregulhos, corpos físico-químicos e nada mais. Mas então não haveria nem história nem física, porque as pedras, talvez mais sortudas que os homens, não precisam fazer ciência para serem o que são, isto é, pedras. O homem, ao contrário, é uma entidade esquisitíssima que, para ser o que é, precisa antes averiguá-lo; precisa, querendo ou não, perguntar-se o que são as coisas ao seu redor e o que ele é em meio às coisas. Porque é isso o que verdadeiramente diferencia o homem da pedra, e não que o homem tenha entendimento e a pedra careça dele. Podemos imaginar uma pedra muito inteligente, mas como o ser pedra lhe é dado já pronto de uma vez para sempre, e ela não tem de decidi-lo, não necessita, para ser pedra, colocar-se a cada momento o problema de si mesma, perguntando-se: o que tenho eu de fazer agora, ou, em outras palavras, o que tenho eu de ser? Solta no ar, sem ter de se perguntar nada e, portanto, sem precisar exercitar o seu entendimento, a pedra que imaginamos cairá em direção ao centro da Terra. Portanto sua inteligência, mesmo que existisse, não faria parte do seu ser, não interviria nele, e seria apenas um acréscimo extrínseco e supérfluo.

O que é essencial no homem, ao contrário, é não ter outra opção além de esforçar-se por conhecer, por fazer ciência, melhor ou pior; por resolver o problema de seu próprio ser e, para tal, o problema do que são as coisas entre as quais inexoravelmente tem de ser. Isso – necessitar saber, necessitar, querendo ou não, esforçar-se com seus meios intelectuais – é o que constitui indubitavelmente a condição humana. Por sua vez, definir o ser humano dizendo que é um animal inteligente, racional, um animal que sabe, *homo sapiens*, é muito perigoso, porque, por menos rigor que usemos ao empregar essas palavras, se nos perguntarmos: o homem é, mesmo o maior gênio que já existiu, de verdade e em toda plenitude da palavra, inteligente? Realmente entende, com plenitude de entendimento? Realmente sabe algo com imperturbável e integral saber? Logo

notaremos que isso é algo bastante duvidoso e problemático. Ao contrário, repito, é inquestionável que necessita saber.

Não se pode definir o homem pelos dons ou meios de que dispõe, já que não é certo que esses dons, esses meios, alcancem de fato o que seus nomes pretendem, portanto, que sejam adequados à pavorosa empreitada em que o homem, querendo ou não, se encontra. Dito de outra forma: o homem não se ocupa em conhecer, em saber, simplesmente *porque* tenha dons cognoscitivos, inteligência etc. – mas sim o contrário: porque não tem saída senão tentar conhecer, saber, mobiliza todos os meios de que dispõe, ainda que o sirvam muito deficientemente, para aquele intento. Se a inteligência do homem fosse de verdade o que a palavra indica – capacidade de entender –, o homem entenderia tudo imediatamente e não teria problema algum, nenhuma tarefa penosa pela frente. Não é certo, portanto, que a inteligência do homem seja, de fato, inteligência; essa tarefa em que o homem está irremediavelmente metido, isso é que é indubitável! – e, portanto, é isso que o define!

Essa tarefa, como dissemos, chama-se “viver”, e o viver consiste em o homem estar sempre numa circunstância, em encontrar-se, de repente e sem saber como, submerso, lançado num orbe ou entorno inescapável, neste de agora.

Para sustentar-se nessa circunstância, tem sempre de fazer algo – mas esse fazer não lhe é imposto pela circunstância, como ao gramofone lhe é imposto o repertório de seus discos ou ao astro a linha de sua órbita.

O homem, cada homem, tem de decidir a cada instante o que vai fazer, o que vai ser no instante seguinte. Essa decisão é intransferível: ninguém pode me substituir na tarefa de decidir-me, de decidir minha vida. Quando me ponho nas mãos de um outro, fui eu que decidi e continuo decidindo que ele me dirija: não transiro, portanto, a decisão, mas tão-somente o seu mecanismo. Em vez de obter a norma de conduta do mecanismo que é minha inteligência, eu me aproveito do mecanismo da inteligência do outro.

E quando, ao saírem daqui, vocês optarem por este ou aquele caminho, é porque creem que devem ir a determinado lugar a esta hora, e isso, por sua vez – o fato de deverem estar a esta hora em tal lugar –, vocês o decidiram por outra razão do futuro, e assim sucessivamente. O homem não pode dar um único passo sem antecipar, com mais ou menos clareza, todo o seu porvir, aquilo que vai ser; entenda-se, o que decidiu ser por toda a sua vida. Mas isso significa que o homem, obrigado a sempre fazer algo na circunstância, para decidir o que vai fazer não tem outra opção senão colocar-se o problema de seu próprio ser individual. Não é necessária uma grande perspicácia para perceber, quando nos encontramos com o próximo, como este se guia pelo *si mesmo* que decidiu ser mas que nunca vê de modo inteiramente claro, e que é para ele sempre um problema. Porque, ao fazer-se a questão do que vai ser, portanto, do que sua vida vai ser, não resta a cada um de nós outra opção além de se colocar o problema de qual é o ser do homem, o que o homem em geral pode ser o que ele tem de ser. Porém isso, por sua vez, nos obriga a fazermos uma ideia, a averiguarmos de algum modo o que é a circunstância, entorno ou mundo em que vivemos. As coisas ao redor não nos dizem por si mesmas o que elas são. Nós é que temos de descobri-lo. E isto – descobrir o ser das coisas e o ser de si mesmo e o ser de tudo – não é senão a tarefa intelectual do homem, tarefa esta que, portanto, não é um acréscimo supérfluo e extrínseco à sua vida, mas é, querendo ou não, constitutiva desta. Não se trata, pois, de que o homem vive e, às vezes, se vem ao caso, quando sente uma curiosidade especial, se ocupa de ter algumas ideias sobre as coisas. Não. Viver é ser forçado a interpretar nossa vida. Sempre irremissivelmente, em cada instante, temos determinadas convicções radicais sobre o que as coisas são e sobre o que somos nós entre elas: essa articulação de convicções últimas faz de nossa circunstância caótica a unidade de um mundo ou universo.

Isso que foi dito apresenta a nossa vida como sendo constituída por duas dimensões, uma inseparável da outra, e que quero deixar destacadas diante de vocês com toda clareza. Numa dimensão

primária, viver é eu – o eu de cada um – estar na circunstância, e não ter saída além de se haver com ela. Mas isso impõe à vida uma segunda dimensão, que consiste em não haver outra opção senão averiguar o que a circunstância é. Em sua primeira dimensão, o que temos ao viver é um puro problema. Na segunda dimensão, temos um esforço ou uma tentativa de resolver o problema. Pensamos sobre a circunstância, e esse pensamento fabrica para nós uma ideia, um plano ou uma arquitetura do problema, do caos que a circunstância é primariamente, por si mesma. Essa arquitetura que o pensamento põe sobre o nosso entorno, interpretando-o, chamamos de mundo ou universo. Este, pois, não nos é dado, não está aí, simplesmente, mas é fabricado por nossas convicções.

Não há como esclarecer um pouco o que é a vida humana sem levar em conta que o mundo ou universo é a solução intelectual com a qual o homem reage diante dos problemas dados, inexoráveis, inescusáveis que sua circunstância coloca para ele. Entretanto, 1º: quais sejam as soluções depende de quais forem os problemas; 2º: uma solução só o é autenticamente na medida em que nos sintamos efetivamente angustiados por ele. Quando, por um ou outro motivo, o problema deixa de ser efetivamente sentido por nós, a solução, por mais certa que seja, perde vigor para o nosso espírito, isto é, deixa de cumprir seu papel de solução, torna-se uma ideia morta.

Interessava-me destacar tudo isso, porque formula perfeitamente a dualidade inerente ao viver humano, em virtude da qual o homem está sempre no problema que é sua circunstância, mas, ao mesmo tempo, uma vez forçado a reagir a esse problema, ele está sempre numa relativa solução. Mesmo o homem mais cético vive em certas convicções radicais, vive num mundo, numa interpretação. O mundo em que o cético está se chama “duvidoso”: vive nele, está na dúvida, no mar do duvidoso, no mar de confusões, como diz muito corretamente a expressão popular – e esse mundo duvidoso é tão mundo quanto o mundo dogmático, ainda que seja um mundo pavorosamente pobre. Quando se fala, pois, de um “homem sem convicções”, é importante notar que trata-se apenas de uma maneira

de falar. Não há vida sem certezas últimas: o cético está convencido de que tudo é duvidoso.

Quando indiquei que nossa vida, a de cada um de nós, é, necessariamente, interpretação de si mesma, é um fazer ideias sobre si mesmo e sobre tudo o mais, alguém pode ter dito a si mesmo que nunca sentiu ter realizado esse esforço. E tem razão, caso tenha entendido minhas palavras no sentido de que cada homem, por seu próprio esforço original, cria para si uma interpretação do universo. Infelizmente – ou felizmente – isso não acontece. Ao nos encontrarmos vivendo, encontramos-nos não somente entre as coisas, mas entre os homens; não somente na Terra, mas na sociedade. E esses homens, essa sociedade em que caímos ao viver já tem uma interpretação da vida, um repertório de ideias sobre o universo, de convicções vigentes. De tal modo que o que podemos chamar de “o pensamento de nossa época” passa a fazer parte de nossa circunstância, nos envolve, nos penetra e nos carrega. Um dos fatores constitutivos de nossa fatalidade é o conjunto de convicções ambientes com as quais nos deparamos. Sem darmos conta, encontramos-nos instalados nessa rede de soluções prontas para os problemas de nossa vida. Quando um deles nos aperta, recorremos a esse tesouro, perguntamos aos nossos próximos, aos livros de nossos próximos: o que é o mundo? O que é o homem? O que é a morte? O que há para além? Ou ainda: o que é o espaço? O que é a luz? O que é o organismo animal? E nem é preciso que nos façamos essas perguntas: desde que nascemos fazemos um constante esforço de recepção, da absorção, na convivência familiar, na escola, nas leituras e no trato social, que verte sobre nós essas convicções coletivas, quase sempre antes de que tenhamos sentido os problemas dos quais elas são ou pretendem ser as soluções. De modo que, quando brota em nós a efetiva angústia diante de uma questão vital e realmente queremos encontrar a solução, queremos nos orientar com relação a ela, não somente temos que lutar com ela, mas também nos vemos presos às soluções recebidas e temos que lutar também com elas. O próprio idioma em que forçosamente teremos de pensar nossos

próprios pensamentos é já um pensamento alheio, uma filosofia coletiva, uma interpretação elementar da vida que nos aprisiona com muita força.

Vimos como a ideia do mundo ou universo é o plano que o homem faz, querendo ou não para andar por entre as coisas e realizar sua vida, para se orientar no caos da circunstância. Mas essa ideia é, a princípio, dada pelo entorno humano, é a ideia dominante em seu tempo. Ele tem de viver com ela, seja aceitando-a, seja polemizando contra ela em tal ou qual ponto.

Além de pensar sobre as coisas ou saber, o homem cria instrumentos, fabrica utensílios, vive materialmente com uma técnica. A circunstância é distinta conforme a técnica que ele já encontra dominada ao nascer. Os problemas materiais não acossam o homem de hoje tanto quanto acossavam o paleolítico. Muitos estão resolvidos. Sua vida é, pois, de idêntica estrutura fundamental, mas a perspectiva de problemas é distinta. A vida é sempre preocupação, mas em cada época preocupam mais umas coisas do que outras. Hoje a varíola não nos preocupa, e preocupava em 1850. Hoje, ao contrário, preocupa-nos o regime parlamentar que então não preocupava.

Não tendo feito mais que nos debruçar sobre o assunto, já nos deparamos com estas verdades claras: 1º, toda vida do homem parte de certas convicções radicais sobre o que é o mundo e o lugar do homem nele – parte delas e se move dentro delas; 2º, toda vida se encontra numa circunstância com mais ou menos técnica ou domínio sobre o entorno material.

Eis aqui duas funções permanentes, dois fatores essenciais de toda vida humana – que, ademais, influenciam-se mutuamente: ideologia e técnica.

Um estudo completo nos levaria a descobrir as demais dimensões da vida. Mas agora bastam-nos essas duas, porque bastam-nos para entrever que a vida humana tem sempre uma estrutura – ou seja, ela consiste no fato de o homem ter de se haver com um mundo determinado, cujo perfil podemos delinear. Esse mundo traz certos

problemas relativamente resolvidos, e, por outro lado, exacerba outros, dando assim uma determinada e nada vaga figura à luta do homem pelo seu destino.

A história se ocupa de averiguar como foram as vidas humanas, mas a expressão é em geral mal compreendida, como se se tratasse de inquirir qual foi o caráter dos sujeitos humanos. A vida não é simplesmente o homem, isto é, o sujeito que vive. Ela é também o drama desse sujeito, que se viu tendo que brucejar, que nadar náufrago no mundo. A história não é, pois, primordialmente uma psicologia dos homens, mas uma reconstrução da estrutura desse drama que se forma entre o homem e o mundo. Num mundo determinado, e diante dele, os homens de psicologias as mais diversas se encontram com certo repertório inescapável e comum de problemas, que dá à sua existência uma estrutura fundamental idêntica. As diferenças psicológicas, subjetivas, são subalternas e não fazem senão colocar minúsculos entredentes no esquema de seu drama comum.

Darei um exemplo para esclarecer meu pensamento. Imaginem dois indivíduos de caracteres opostos, um muito alegre, outro muito triste, mas ambos vivendo num mundo onde Deus existe e no qual a técnica material é precaríssima. (Em geral, as épocas com Deus são épocas de técnica débil e vice-versa). Num primeiro momento, tendemos a atribuir grande importância a essa diferença de caracteres na configuração de ambas as vidas. Mas se, em seguida, compararmos um desses homens, o alegre, por exemplo, com outro tão alegre quanto ele, mas que vive num mundo distinto, num mundo em que não há Deus e há, em contrapartida, uma civilização técnica desenvolvidíssima, veremos que, apesar de gozarem ambos do mesmo caráter, suas vidas se diferenciam muito mais do que na outra comparação, de caracteres distintos mas submersos no mesmo mundo.

É preciso que a história abandone o psicologismo ou subjetivismo em que suas mais finas produções atuais andam perdidas e reconheça que sua missão é reconstruir as condições objetivas em

que os indivíduos, os sujeitos humanos, estão submersos. Por isso sua pergunta radical tem de ser, não de que modo variaram os seres humanos, mas como variou a estrutura objetiva da vida.

Com efeito, cada um de nós está hoje submerso num sistema de problemas, perigos, facilidades, dificuldades, possibilidades e impossibilidades que não são nós, mas, ao contrário, são aquilo em que estamos, com o que temos de contar, em cujo manejo e combate consiste precisamente a nossa vida. Se tivéssemos nascido há cem anos, ainda que possuindo o mesmo caráter e os mesmos dons, o drama de nossa vida teria sido muito diferente.

A pergunta radical da história se traduz, portanto, assim: que mudanças houve na estrutura vital? Como, quando e por que a vida muda?

TEXTO 3

A ALEGORIA DA CAVERNA

Platão
(428/427 – 348/347 a.E.C.)

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 225-229.

SÓCRATES – Agora imagina a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoços acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas.

GLAUCO – Estou vendo.

SÓCRATES – Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que os transpõem: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

GLAUCO – Um quadro estranho e estranhos prisioneiros.

SÓCRATES – Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e de

seus companheiros, mais do que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?

GLAUCO – Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida?

SÓCRATES – E com as coisas que desfilam? Não se passa o mesmo?

GLAUCO – Sem dúvida.

SÓCRATES – Portanto, se pudessem se comunicar uns com os outros, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que veriam?

GLAUCO – É bem possível.

SÓCRATES – E se a parede do fundo da prisão provocasse eco sempre que um dos transportadores falasse, não julgariam ouvir a sombra que passasse diante deles?

GLAUCO – Sim, por Zeus!

SÓCRATES – Dessa forma, tais homens não atribuirão realidade senão às sombras dos objetos fabricados?

GLAUCO – Assim terá de ser.

SÓCRATES – Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curados da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os objetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçado e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora?

GLAUCO – Muito mais verdadeiras.

SÓCRATES – E se o forcarem a fixar a luz, os seus olhos não ficarão magoados? Não desviará ele a vista para voltar às coisas que

pode fitar e não acreditará que estas são realmente mais distintas do que as que se lhe mostram?

GLAUCO – Com toda a certeza.

SÓCRATES – E se o arrancarem à força da sua caverna, o obrigarem a subir a encosta rude e escarpada e não o largarem antes de o terem arrastado até a luz do Sol, não sofrerá vivamente e não se queixará de tais violências? E, quando tiver chegado à luz, poderá, com os olhos ofuscados pelo seu brilho, distinguir uma só das coisas que ora denominamos verdadeiras?

GLAUCO – Não o conseguirá, pelo menos de início.

SÓCRATES – Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos. Depois disso, poderá, enfrentando a claridade dos astros e da Lua, contemplar mais facilmente, durante a noite, os corpos celestes e o próprio céu do que, durante o dia, o Sol e sua luz.

GLAUCO – Sem dúvida.

SÓCRATES – Por fim, suponho eu, será o sol, e não as suas imagens refletidas nas águas ou em qualquer outra coisa, mas o próprio Sol, no seu verdadeiro lugar, que poderá ver e contemplar tal qual é.

GLAUCO – Necessariamente.

SÓCRATES – Depois disso, poderá concluir, a respeito do Sol, que é ele que faz as estações e os anos, que governa tudo no mundo visível e que, de certa maneira, é a causa de tudo o que ele via com os seus companheiros, na caverna.

GLAUCO – É evidente que chegará a essa conclusão.

SÓCRATES – Ora, lembrando-se de sua primeira morada, da sabedoria que aí se professa e daqueles que foram seus companheiros de cativeiro, não achas que se alegrará com a mudança e lamentará os que lá ficaram?

GLAUCO – Sim, com certeza, Sócrates.

SÓCRATES – E se então distribuíssem honras e louvores, se tivessem recompensas para aquele que se apercebesse, com o olhar mais vivo, da passagem das sombras, que melhor se recordasse das que costumavam chegar em primeiro ou em último lugar, ou virem juntas, e que por isso era o mais hábil em adivinhar a sua aparição, e que provocasse a inveja daqueles que, entre os prisioneiros, são venerados e poderosos? Ou então, como o herói de Homero, não preferirá mil vezes ser um simples lavrador, e sofrer tudo no mundo, a voltar às antigas ilusões e viver como vivia?

GLAUCO – Sou de tua opinião. Preferirá sofrer tudo a ter de viver dessa maneira.

SÓCRATES – Imagina ainda que esse homem volta à caverna e vai sentar-se no seu antigo lugar: Não ficará com os olhos cegos pelas trevas ao se afastar bruscamente da luz do Sol?

GLAUCO – Por certo que sim.

SÓCRATES – E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo?

GLAUCO – Sem nenhuma dúvida.

SÓCRATES – Agora, meu caro Glauco, é preciso aplicar, ponto por ponto, esta imagem ao que dissemos atrás e comparar o mundo que nos cerca com a vida da prisão na caverna, e a luz do fogo que a ilumina com a força do Sol. Quanto à subida à região superior e à contemplação dos seus objetos, se a considerares como a ascensão da alma para a mansão inteligível, não te enganarás quanto à minha ideia, visto que também tu desejas conhecê-la. Só Deus sabe se ela é verdadeira. Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo

inteligível, a ideia do bem é a última a ser apreendida, e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem concluir que ela é a causa de tudo o que de reto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz; no mundo inteligível, é ela que é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública.

GLAUCO – Concordo com a tua opinião, até onde posso compreendê-la.

SÓCRATES – Pois bem! Compartilha-a também neste ponto e não te admires se aqueles que se elevaram a tais alturas desistem de se ocupar das coisas humanas e as suas almas aspiram sem cessar a instalar-se nas alturas. Isto é muito natural, se a nossa alegoria for exata.

GLAUCO – Com efeito, é muito natural.

SÓCRATES – Mas como? Achas espantoso que um homem que passa das contemplações divinas às miseráveis coisas humanas revele repugnância e pareça inteiramente ridículo, quando, ainda com a vista perturbada e não estando suficientemente acostumado às trevas circundantes, é obrigado a entrar em disputa, perante os tribunais ou em qualquer outra parte, sobre sombras de justiça ou sobre as imagens que projetam essas sombras, e a combater as interpretações que disso dão os que nunca viram a justiça em si mesma?

GLAUCO – Não há nisso nada de espantoso.

SÓCRATES – No entanto, um homem sensato lembrar-se-á de que os olhos podem ser perturbados de duas maneiras e por duas causas opostas: pela passagem da luz à escuridão e pela da escuridão à luz; e , tendo refletido que o mesmo se passa com a alma, quando encontrar uma confusa e embaraçada para discernir certos objetos, não se rirá tolamente, mas antes examinará se, vinda de uma vida mais luminosa, ela se encontra, por falta de hábito, ofuscada pelas trevas ou se, passando da ignorância à luz, está deslumbrada pelo seu brilho demasiado vivo; no primeiro caso, considerá-la-á feliz, em

virtude do que ela sente e da vida que leva; no segundo, lamentá-la-á e, se quisesse rir à sua custa, as suas zombarias seriam menos ridículas do que se dirigissem à alma que regressa da mansão da luz.

GLAUCO – É a isso que se chama falar com sabedoria.

[...]

TEXTO 4

RESPOSTA À PERGUNTA O QUE É ILUMINISMO

Immanuel Kant
(1724 – 1804)

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é Iluminismo.** Traduzido por Artur Morão. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf. Acesso em: 02 jan. 2018.

[Texto publicado originalmente no periódico *Berlinische Monatsschrift*, Berlim, 03 dez. 1783. Dado o uso didático ao qual se destina este material, introduziram-se inúmeras divisões de parágrafos, além de propor a presente divisão em seções para facilitar a legibilidade).

1. A IGNORÂNCIA É CÔMODA

*Iluminismo** é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo.

A preguiça e a covardia são as causas de os homens em tão grande parte, após a natureza os ter há muito libertado do controle alheio (*naturaliter maiores*) continuarem, todavia, de bom grado menores durante toda a vida; e também de a outros se tornar tão fácil assumir-se como seus tutores.

É tão cômodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um diretor espiritual que em vez de mim tem

consciência moral, um médico que por mim decide a dieta etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. Porque a imensa maioria dos homens (inclusive todo o belo sexo) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa é que os tutores de bom grado tomaram a seu cargo a superintendência deles.

Depois de terem, primeiro, embrutecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que essas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora da carroça em que as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça, se tentarem andar sozinhas. Ora, esse perigo não é assim tão grande, pois acabariam por aprender muito bem a andar. Só que um tal exemplo intimida e, em geral, gera pavor perante todas as tentativas ulteriores.

É, pois, difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Até lhe ganhou amor e é por agora realmente incapaz de se servir do seu próprio entendimento, porque nunca se lhe permitiu fazer semelhante tentativa. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes, do mau uso dos seus dons naturais são os grilhões de uma menoridade perpétua. Mesmo quem deles se soltasse só daria um salto inseguro sobre o mais pequeno fosso, porque não está habituado ao movimento livre. São, pois, muito poucos apenas os que conseguiram mediante a transformação do seu espírito arrancar-se à menoridade e encetar então um andamento seguro.

2. TODOS TÊM VOCAÇÃO PARA A AUTONOMIA DE PENSAMENTO

Mas é perfeitamente possível que um público a si mesmo se esclareça. Mais ainda, é quase inevitável, se para tal lhe for concedida a liberdade. Sempre haverá, de fato, alguns que pensam por si, mesmos entre os tutores estabelecidos da grande massa que, após terem arrojado de si o jugo da menoridade, espalharão à sua volta o

* No original alemão, o termo usado aqui é "*Aufklärung*".

espírito de uma estimativa racional do próprio valor e da vocação de cada homem para pensar por si mesmo.

Importante aqui é que o público, antes por eles sujeito a esse jugo, os obriga doravante a permanecer sob ele quando por alguns dos seus tutores, pessoalmente incapazes de qualquer ilustração, é a isso incitado. Semear preconceitos é muito danoso, porque acabam por se vingar dos que pessoalmente, ou os seus predecessores, foram os seus autores.

Por conseguinte, um público só muito lentamente consegue chegar à ilustração. Por meio de uma revolução talvez se possa levar a cabo a queda do despotismo pessoal e da opressão gananciosa ou dominadora, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar. Novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa destituída de pensamento.

3. NÃO HÁ AUTONOMIA DE PENSAMENTO SEM LIBERDADE

Mas, para esta ilustração, nada mais se exige do que a *liberdade*; e, claro está, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, a de fazer um *uso público* da sua razão em todos os elementos.

Agora, porém, de todos os lados ouço gritar: *não raciocines!* Diz o oficial: não raciocines, mas faz exercícios! Diz o funcionário de Finanças: não raciocines, paga! E o clérigo: não raciocines, acredita! (Apenas um único senhor no mundo diz: *raciocina!* tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, mas obedecei!) Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade.

Mas qual é a restrição que se opõe ao Iluminismo? Qual a restrição que o não impede, antes o fomenta? Respondo: o *uso público* da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode, entre os homens, levar a cabo a ilustração; mas o *uso privado* da razão pode, muitas

vezes, coarctar-se* fortemente sem que, no entanto, se entrave assim notavelmente o progresso da ilustração.

Por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto *erudito*, dela faz perante o grande público do *mundo letrado*. Chamo uso privado àquele que alguém pode fazer da sua razão num certo *cargo público* ou função a ele confiado.

4. LIBERDADE DE PENSAMENTO E OBEDIÊNCIA

Ora, em muitos assuntos que têm a ver com o interesse da comunidade, é necessário um certo mecanismo em virtude do qual alguns membros da comunidade se comportarão de um modo puramente passivo com o propósito de, mediante uma unanimidade artificial, serem orientados pelo governo para fins públicos ou de, pelo menos, serem impedidos de destruir tais fins.

Nesse caso, não é decerto permitido raciocinar, mas tem de se obedecer. Na medida, porém, em que essa parte da máquina se considera também como elemento de uma comunidade total, e até da sociedade civil mundial, portanto, na qualidade de um erudito que se dirige por escrito a um público em entendimento genuíno, pode certamente raciocinar sem que assim sofram qualquer dano os negócios a que, em parte, como membro passivo, se encontra sujeito.

Seria, pois, muito pernicioso se um oficial, a quem o seu superior ordenou algo, quisesse em serviço sofismar em voz alta acerca da inconveniência ou utilidade dessa ordem; tem de obedecer, mas não se lhe pode impedir de um modo justo, enquanto perito, fazer observações sobre os erros do serviço militar e expô-las ao seu público para que as julgue.

O cidadão não pode recusar-se a pagar os impostos que lhe são exigidos; e uma censura impertinente de tais obrigações, se por ele devem ser cumpridas, pode mesmo punir-se como um escândalo (que poderia causar uma insubordinação geral). Mas, apesar disso, não age contra o dever de um cidadão se, como erudito, ele expuser

* Circunscrever-se ou limitar-se.

as suas ideias contra a inconveniência ou também a injustiça de tais prescrições.

Do mesmo modo, um clérigo está obrigado a ensinar seus alunos de catecismo e a sua comunidade em conformidade com o símbolo da Igreja, a cujo serviço se encontra, pois ele foi admitido com essa condição. Mas, como erudito, tem plena liberdade e até a missão de participar ao público todos os seus pensamentos cuidadosamente examinados e bem-intencionados sobre o que de errôneo há naquele símbolo, e as propostas para uma melhor regulamentação das matérias que respeitam à religião e à Igreja.

Nada aqui existe que possa constituir um peso na consciência. Com efeito, o que ele ensina em virtude da sua função, como ministro da Igreja, expõe-no como algo em relação ao qual não tem o livre poder de ensinar segundo a sua opinião própria, mas está obrigado a expor segundo a prescrição e em nome de outrem. Dirá: a nossa Igreja ensina isto ou aquilo; são estes os argumentos comprovativos de que ela se serve. Em seguida, ele extrai toda a utilidade prática para a sua comunidade de preceitos que ele próprio não subscreveria com plena convicção, mas a cuja exposição se pode, no entanto, comprometer, porque não é de todo impossível que neles resida alguma verdade oculta. De qualquer modo, porém, não deve neles haver coisa alguma que se oponha à religião interior, pois se julgasse encontrar aí semelhante contradição, então não poderia em consciência desempenhar o seu ministério; teria de renunciar.

Por conseguinte, o uso que um professor contratado faz da sua razão perante a sua comunidade é apenas um uso privado, porque ela, por maior que seja, é sempre apenas uma assembleia doméstica; e no tocante a tal uso, ele como sacerdote não é livre e também o não pode ser, porque exerce uma incumbência alheia. Em contrapartida, como erudito que, mediante escritos, fala a um público genuíno, a saber, ao mundo, por conseguinte, o clérigo, no uso público da sua razão, goza de uma liberdade ilimitada de se servir da própria razão e de falar em seu nome próprio. É, de fato, um absurdo, que leva à perpetuação dos absurdos, que os tutores do povo (em coisas espirituais) tenham de ser, por sua vez, menores.

5. NENHUMA LEI PODE LEGITIMAMENTE IMPEDIR AS PESSOAS DE PENSAREM LIVREMENTE

Mas não deveria uma sociedade de clérigos, por exemplo, uma assembleia eclesiástica ou uma venerável *classis* (como a si mesma se denomina entre os Holandeses) estar autorizada sob juramento a comprometer-se entre si com um certo símbolo imutável para assim se instituir uma interminável supertutela sobre cada um dos seus membros e, por meio deles, sobre o povo, e deste modo a eternizar?

Digo: isso é de todo impossível. Semelhante contrato, que decidiria excluir para sempre toda a ulterior ilustração do gênero humano, é absolutamente nulo e sem validade, mesmo que fosse confirmado pela autoridade suprema por parlamentos e pelos mais solenes tratados de paz.

Uma época não se pode coligar e conjurar para colocar a seguinte num estado em que se tornará impossível a ampliação dos seus conhecimentos (sobretudo os mais urgentes), a purificação dos erros e, em geral, o avanço progressivo na ilustração. Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste justamente neste avanço. E os vindouros têm toda a legitimidade para recusar essas resoluções decretadas de um modo incompetente e criminoso.

A pedra de toque de tudo o que se pode decretar como lei sobre um povo reside na pergunta: poderia um povo impor a si próprio essa lei? Seria decerto possível, na expectativa, por assim dizer, de uma lei melhor, por um determinado e curto prazo, para introduzir uma certa ordem.

Ao mesmo tempo, facultar-se-ia a cada cidadão, em especial ao clérigo, na qualidade de erudito, fazer publicamente, isto é, por escritos, as suas observações sobre o que há de errôneo nas instituições anteriores; entretanto, a ordem introduzida continuaria em vigência até que o discernimento da natureza de tais coisas se tivesse de tal modo difundido e testado publicamente que os cidadãos, unindo as suas vozes (embora não todas), poderiam

apresentar a sua proposta diante do trono a fim de protegerem as comunidades que, de acordo com o seu conceito do melhor discernimento, se teriam coadunado numa organização religiosa modificada, sem todavia impedir os que quisessem ater-se à antiga.

6. NEM MESMO O INDIVÍDUO TEM O DIREITO DE ABRIR MÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO

Mas é de todo interdito coadunar-se numa constituição religiosa pertinaz, por ninguém posta publicamente em dúvida, mesmo só durante o tempo de vida de um homem e deste modo aniquilar, por assim dizer, um período de tempo no progresso da humanidade para o melhor e torná-lo infecundo e prejudicial para a posteridade.

Um homem, para a sua pessoa, e mesmo então só por algum tempo, pode, no que lhe incumbe saber, adiar a ilustração; mas renunciar a ela, quer seja para si, quer ainda mais para a descendência, significa lesar e calcar aos pés o sagrado direito da humanidade.

7. NÃO CABE AO GOVERNANTE FISCALIZAR O LIVRE PENSAMENTO DOS CIDADÃOS

O que não é lícito a um povo decidir em relação a si mesmo menos o pode ainda um monarca decidir sobre o povo, pois a sua autoridade legislativa assenta precisamente no fato de na sua vontade unificar a vontade conjunta do povo. Quando ele vê que toda a melhoria verdadeira ou presumida coincide com a ordem civil, pode então permitir que em tudo o mais os seus súditos façam por si mesmos o que julguem necessário fazer para a salvação da sua alma.

Não é isso que lhe importa, mas compete-lhe obstar a que alguém impeça à força outrem de trabalhar segundo toda a sua capacidade na determinação e fomento da mesma. Constitui até um dano para a sua majestade imiscuir-se em tais assuntos, ao honrar com a inspeção do seu governo os escritos em que os seus súditos procuram clarificar as suas ideias, quer quando ele faz isso a partir do seu discernimento superior, pelo que se sujeita à censura '*Caesar non est supra*

grammaticos'* quer também, e ainda mais, quando rebaixa o seu poder supremo a ponto de, no seu Estado, apoiar o despotismo espiritual de alguns tiranos contra os demais súbditos.

8. VIVEMOS EM UMA ÉPOCA ESCLARECIDA?

Se, pois, se fizer a pergunta – vivemos nós agora numa época esclarecida? – a resposta é: não. Mas vivemos numa época do *Iluminismo*. Falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto, da maneira como as coisas agora estão, se encontrem já numa situação (ou nela se possam apenas vir a pôr) de, em matéria de religião, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem.

Temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem atuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados.

Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico**. Um príncipe que não acha indigno de si dizer que tem por dever nada prescrever aos homens em matéria de religião, mas deixar-lhes aí a plena liberdade, que, por conseguinte, recusa o arrogante nome de tolerância, é efetivamente esclarecido e merece ser encomiado pelo mundo grato e pela posteridade como aquele que, pela primeira vez, libertou o gênero humano da menoridade, pelo menos por parte do governo, e concedeu a cada qual a liberdade de se servir da própria razão em tudo o que é assunto da consciência.

Sob o seu auspício, clérigos veneráveis podem, sem prejuízo do seu dever ministerial e na qualidade de eruditos, expor livre e publicamente ao mundo para que este examine os seus juízos e as suas ideias que, aqui ou além, se afastam do símbolo admitido; mas,

* César não está acima dos gramáticos.

** Trata-se de Frederico II (1712-1786), também chamado de Frederico, o Grande, que foi rei da Prússia e grande apoiador do Iluminismo.

mais permitido é ainda a quem não está limitado por nenhum dever de ofício.

Esse espírito de liberdade difunde-se também no exterior, mesmo onde entra em conflito com obstáculos externos de um governo que a si mesmo se compreende mal. Com efeito, perante tal governo brilha um exemplo de que, no seio da liberdade, não há o mínimo a recluir pela ordem pública e pela unidade da comunidade. Os homens libertam-se pouco a pouco da brutalidade, quando de nenhum modo se procura, de propósito, conservá-los nela.

9. CONCLUSÃO

Apresentei o ponto central do Iluminismo, a saída do homem da sua menoridade culpada, sobretudo nas coisas de religião, porque em relação às artes e às ciências os nossos governantes não têm interesse algum em exercer a tutela sobre os seus súditos; por outro lado, a tutela religiosa, além de ser mais prejudicial, é também a mais desonrosa de todas.

Mas o modo de pensar de um chefe de Estado, que favorece a primeira, vai ainda mais além e discerne que mesmo no tocante à sua legislação não há perigo em permitir aos seus súditos fazer uso público da sua própria razão e expor publicamente ao mundo as suas ideias sobre a sua melhor formulação, inclusive por meio de uma ousada crítica da legislação que já existe; um exemplo brilhante que temos é que nenhum monarca superou aquele que admiramos.

Mas também só aquele que, já esclarecido, não receia as sombras e que, ao mesmo tempo, dispõe de um exército bem disciplinado e numeroso para garantir a ordem pública – pode dizer o que a um Estado livre não é permitido ousar: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes; mas obedecei! Revela-se aqui um estranho e não esperado curso das coisas humanas; como, aliás, quando ele se considera em conjunto, quase tudo nele é paradoxal.

Um grau maior da liberdade civil afigura-se vantajosa para a liberdade do espírito do povo e, no entanto, estabelece-lhe limites intransponíveis; um grau menor cria-lhe, pelo contrário, o espaço

para ela se alargar segundo toda a sua capacidade. Se a natureza, sob este duro invólucro, desenvolveu o germe de que delicadamente cuida, a saber, a tendência e a vocação para o pensamento livre, então ela atua também gradualmente sobre o modo do sentir do povo (pelo que este se tornará cada vez mais capaz de agir segundo a liberdade) e, por fim, até mesmo sobre os princípios do governo que acha salutar para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que uma máquina, segundo a sua dignidade.¹

Königsberg na Prússia, 30 de setembro de 1784.

¹ Na publicação semanal Notícias de Büsching, de 13 de setembro, leio hoje, dia 30 do mesmo mês, o anúncio da *“Berlinische Monatsschrift”* deste mês, onde se inseriu a resposta do senhor Mendelssohn à mesma pergunta. Esta ainda não me chegou às mãos; de outro modo, teria retido a presente resposta que, agora, apenas se pode encontrar aqui como tentativa de mostrar até que ponto o acaso originou uma coincidência dos pensamentos.

TEXTO 5

O QUE SÃO AS LUZES?

Michel Foucault
(1926 – 1984)

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: MOTTA, Manoel de Barros da. Michel Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 351-368. (Ditos & Escritos, 2).

INTRODUÇÃO

Quando, nos dias de hoje, um jornal propõe uma pergunta aos seus leitores, é para pedir-lhes seus pontos de vista a respeito de um tema sobre o qual cada um já tem sua opinião: não nos arriscamos a aprender grande coisa. No século XVIII, se preferia interrogar o público sobre problemas para os quais justamente ainda não havia resposta. Não sei se era mais eficaz; era mais divertido.

Assim, em virtude desse hábito, um periódico alemão, a *Berlinische Monatsschrift*², publicou, em dezembro de 1784, uma resposta à pergunta: *Was ist Aufklärung?*³ E essa resposta era de Kant.

Texto menor, talvez. Mas me parece que, com ele, entra discretamente na história do pensamento uma questão que a filosofia moderna não foi capaz de responder, mas da qual ela nunca conseguiu se desembaraçar. E há dois séculos, de formas diversas, ela a repete. De Hegel [1770 - 1831] a Horkheimer [1895 – 1973] ou a Habermas [1929 –], passando por Nietzsche [1844 – 1900] ou Max Weber [1864 – 1920], não existe quase nenhuma filosofia que, direta

² Revista Mensal Berlinense.

³ O que é Esclarecimento?

ou indiretamente, não tenha sido confrontada com essa mesma questão: qual é então esse acontecimento que se chama a *Aufklärung*⁴ e que determinou, pelo menos em parte, o que somos, pensamos e fazemos hoje? Imaginemos que a *Berlinische Monatsschrift* ainda existe em nossos dias e que ela coloca para seus leitores a questão: “O que é a filosofia moderna?” Poderíamos talvez responder-lhe em eco: a filosofia moderna é a que tenta responder à questão lançada, há dois séculos, com tanta imprudência: *Was ist Aufklärung?*

ANALISANDO O TEXTO DE KANT

Detenhamo-nos por alguns instantes nesse texto de Kant. Por muitas razões ele merece reter a atenção.

[...]

Kant define a *Aufklärung* de uma maneira quase inteiramente negativa, como uma *Ausgang*, uma “saída”, uma “solução”. Em seus outros textos sobre a história, ocorre a Kant colocar questões sobre a origem ou definir a finalidade interior de um processo histórico. No texto sobre a *Aufklärung*, a questão se refere à pura atualidade. Ele não busca compreender o presente a partir de uma totalidade ou de uma realização futura. Ele busca uma diferença: qual a diferença que ele introduz hoje em relação a ontem?

Não entrarei nos detalhes do texto, que não é muito claro, apesar de sua brevidade. Gostaria simplesmente de me deter em três ou quatro pontos que me parecem importantes para compreender como Kant colocou a questão filosófica do presente.

Kant indica imediatamente que a “saída” que caracteriza a *Aufklärung* é um processo que nos liberta do estado de “menoridade”. E por “menoridade” ele entende um certo estado de

⁴ A palavra alemã *Aufklärung* aqui é traduzida como “esclarecimento”. No entanto, esse mesmo termo é utilizado para designar, na Alemanha, o movimento intelectual e filosófico do século XVIII conhecido como Iluminismo.

nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão. Kant dá três exemplos: estamos no estado de menoridade quando um livro toma o lugar do entendimento, quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência, quando um médico decide em nosso lugar a nossa dieta (observamos de passagem que facilmente se reconhece aí o registro das três críticas⁵, embora o texto não o mencione explicitamente). Em todo caso, a *Aufklärung* é definida pela modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão.

É preciso também enfatizar que essa saída é apresentada por Kant de maneira bastante ambígua. Ele a caracteriza como um fato, um processo em vias de se desenrolar; mas a apresenta também como uma tarefa e uma obrigação. Desde o primeiro parágrafo, enfatiza que o próprio homem é responsável por seu estado de menoridade. É preciso conceber então que ele não poderá sair dele a não ser por uma mudança que ele próprio operará em si mesmo. De uma maneira significativa, Kant diz que essa *Aufklärung* tem uma “divisa” (*Wahlspruch*): ora, a divisa é um traço distintivo através do qual alguém se faz reconhecer: é também uma palavra de ordem que damos a nós mesmos e que propomos aos outros. E qual é essa palavra de ordem? *Aude saper*, “tenha coragem, a audácia de saber”. Portanto, é preciso considerar que a *Aufklärung* é ao mesmo tempo um processo do qual os homens fazem parte coletivamente e um ato de coragem a realizar pessoalmente. Eles são simultaneamente elementos e agentes do mesmo processo. Podem ser seus atores à medida que fazem parte dele; e ele se produz à medida que os homens decidem ser seus atores voluntários.

Surge uma terceira dificuldade no texto de Kant. Ela reside no emprego da palavra *Menschheit* [humanidade]. Sabe-se da importância deste termo na concepção kantiana da história. Será

⁵ Foucault supõe haver, no texto em questão, uma alusão aos três principais livros escritos por Immanuel Kant: a *Crítica da razão pura*, a *Crítica da razão prática* e a *Crítica do juízo*.

preciso compreender que é o conjunto da espécie humana que está envolvido no processo da *Aufklärung*? E, nesse caso, é preciso conceber que a *Aufklärung* é uma mudança histórica que atinge a vida política e social de todos os homens sobre a superfície da Terra. Ou se deve entender que se trata de uma mudança que afeta o que constitui a humanidade do ser humano? E se coloca então a questão de se saber o que é essa mudança. Ali, também, a resposta de Kant não é desprovida de certa ambiguidade. Em todo caso, sob uma aparência simples, ela é bastante complexa.

Kant define duas condições essenciais para que um homem saia de sua menoridade. E essas duas condições são simultaneamente espirituais e institucionais, éticas e políticas.

A primeira dessas condições é que seja bem discriminado o que decorre da obediência e o que decorre do uso da razão. Para caracterizar resumidamente o estado de menoridade, Kant cita uma expressão de uso corrente: “Obedeçam, não raciocinem.” Tal é, segundo ele, a forma pela qual se exercem habitualmente a disciplina militar, o poder político, a autoridade religiosa. A humanidade terá adquirido maioridade não quando não tiver mais que obedecer, mas quando se disser a ela: “Obedeçam, e vocês poderão raciocinar tanto quanto quiserem.” É preciso observar que a palavra alemã empregada aqui é *räsonieren*; esta palavra, que é também empregada nas *Critiques*, não se relaciona com um uso qualquer da razão, mas com um uso da razão no qual esta não tem outra finalidade senão ela mesma.; *räsonieren* é raciocinar por raciocinar. E Kant dá exemplos, eles também completamente triviais, aparentemente: pagar seus impostos, mas poder raciocinar tanto quanto se queira sobre a fiscalização, eis o que caracteriza o estado de maioridade; ou ainda assegurar, quando se é pastor, o serviço de uma paróquia de acordo com os princípios da Igreja à qual se pertence, mas raciocinar como se quiser sobre o tema dos dogmas religiosos.

Seria possível pensar que nada há aí de muito diferente do que se entende, desde o século XVI, por liberdade de consciência: o direito de pensar como se queira, desde que se obedeça como é preciso. Ora,

é ali que Kant faz intervir uma outra distinção e a faz intervir de uma maneira bastante surpreendente. Trata-se da distinção entre o uso privado e o uso público da razão. Mas ele acrescenta logo a seguir que a razão deve ser livre em seu uso público e que deve ser submissa em seu uso privado. O que é, palavra por palavra, o contrário do que usualmente se chama liberdade de consciência.

Mas é necessário precisar um pouco. Qual é, segundo Kant, esse uso privado da razão? Em que domínio ele se exerce? O homem, diz Kant, faz um uso privado de sua razão quando ele é “uma peça de uma máquina”; ou seja, quando ele tem um papel a desempenhar na sociedade e funções a exercer: ser soldado, ter impostos a pagar, dirigir uma paróquia, ser funcionário de um governo, tudo isso faz do ser humano um segmento particular na sociedade; por aí, ele se encontra colocado em uma posição definida, em que ele deve aplicar as regras e perseguir fins particulares. Kant não pede que se pratique uma obediência cega e tola: mas que se faça um uso da razão adaptado a essas circunstâncias determinadas; e a razão deve submeter-se então a esses fins particulares. Não pode haver portanto, aí, uso livre da razão.

Em compensação, quando se raciocina apenas para fazer uso da razão, quando se raciocina como ser racional (e não como peça de uma máquina), quando se raciocina como membro da humanidade racional, então o uso da razão deve ser livre e público. A *Aufklärung* não é, portanto, somente o processo pelo qual os indivíduos procurariam garantir sua liberdade pessoal de pensamento. Há *Aufklärung* quando existe sobreposição do uso universal, do uso livre e do uso público da razão.

Ora, isso nos conduz a uma quarta questão que é preciso colocar para esse texto de Kant. Compreende-se que o uso universal da razão (fora de qualquer fim particular) é assunto do próprio sujeito como indivíduo; percebe-se também que a liberdade desse uso pode ser assegurada de maneira puramente negativa pela ausência de qualquer acusação contra ele; mas como assegurar um uso público dessa razão? A *Aufklärung* – vemos aqui – não deve ser concebida simplesmente como um processo geral afetando toda a humanidade;

ela não deve ser concebida somente como uma obrigação prescrita aos indivíduos: ela aparece agora como um problema político. Em todo caso, coloca-se a questão de saber como o uso da razão pode tomar a forma pública que lhe é necessária, como a audácia de saber pode se exercer plenamente, enquanto os indivíduos obedecerão tão exatamente quanto possível. E Kant, para terminar, propõe a Frederico II, em termos pouco velados, uma espécie de contrato. O que poderíamos chamar de contrato do despotismo racional com a livre razão: o uso público e livre da razão autônoma será a melhor garantia da obediência, desde que, no entanto, o próprio princípio político ao qual é preciso obedecer esteja de acordo com a razão universal.

USO LEGÍTIMO E USO ILEGÍTIMO DA RAZÃO

Deixemos de lado esse texto. Não pretendo absolutamente considerá-lo como podendo constituir uma descrição adequada da *Aufklärung*; e nenhum historiador, penso, poderia se satisfazer com ele para analisar as transformações sociais, políticas e culturais produzidas no fim do século XVIII.

Contudo, apesar de seu caráter circunstancial e sem querer lhe dar um lugar exagerado na obra de Kant, creio que é preciso enfatizar a ligação existente entre esse pequeno artigo e as três *Critiques*. Ele descreve de fato a *Aufklärung* como o momento em que a humanidade fará uso de sua própria razão, sem se submeter a nenhuma autoridade; ora, é precisamente neste momento que a Crítica é necessária, já que ela tem o papel de definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar. É um uso ilegítimo da razão que faz nascer, com a ilusão, o dogmatismo e a heteronomia; ao contrário, é quando o uso legítimo da razão foi claramente definido em seus princípios que sua autonomia pode ser assegurada. A Crítica é, de qualquer maneira, o livro de bordo da razão tornada maior na *Aufklärung*; e, inversamente, a *Aufklärung* é a era da Crítica. [...]

O ÊTHOS FILOSÓFICO: UMA CERTA MANEIRA DE FILOSOFAR

Gostaria, por um lado, de enfatizar o enraizamento na *Aufklärung* de um tipo de interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo; gostaria de enfatizar, por outro lado, que o fio que pode nos atar dessa maneira à *Aufklärung* não é a fidelidade aos elementos de doutrina, mas, antes, a reativação permanente de uma atitude; ou seja, um *êthos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico. É esse *êthos* que eu gostaria de caracterizar muito resumidamente.

[...]

1) Esse *êthos* filosófico pode ser caracterizado como uma *atitude-limite*. Não se trata de um comportamento de rejeição. Deve-se escapar à alternativa do fora e do dentro; é preciso situar-se nas fronteiras. A crítica é certamente a análise dos limites e a reflexão sobre eles. Mas, se a questão kantiana era saber a que limites o conhecimento deve renunciar a transpor, parece-me que, atualmente, a questão crítica deve ser revertida em uma questão positiva: no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível.

Aquilo que, nós o vemos, traz como consequência que a crítica vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos. Nesse sentido, essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação

moral possível; mas tratar tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E essa crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos.

Ela não busca tornar possível a metafísica tornada enfim ciência: ela procura fazer avançar para tão longe e tão amplamente quanto possível o trabalho infinito da liberdade.

2) Mas, para que não se trate simplesmente da afirmação e do sonho vazio de liberdade, parece-me que essa atitude histórico-crítica deve ser também uma atitude experimental. Quero dizer que esse trabalho realizado nos limites de nós mesmos deve, por um lado, abrir um domínio de pesquisas históricas e, por outro, colocar-se à prova da realidade e da atualidade, para simultaneamente apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável e para determinar a forma precisa a dar a essa mudança.

O que quer dizer que essa ontologia histórica de nós mesmos deve desviar-se de todos esses projetos que pretendem ser globais e radicais. De fato, sabe-se pela experiência que a pretensão de escapar ao sistema da atualidade para oferecer programas de conjunto de uma outra sociedade, de um outro modo de pensar, de uma outra cultura, de uma outra visão do mundo apenas conseguiu reconduzir às mais perigosas tradições.

Prefiro as transformações muito precisas que puderam ocorrer, há 20 anos, em um certo número de domínios que concernem a nossos modos de ser e de pensar, às relações de autoridade, às relações de sexos, à maneira pela qual percebemos a loucura ou a doença, prefiro essas transformações mesmo parciais, que foram feitas na correlação da análise histórica e da atitude prática, às promessas do novo homem que os piores sistemas políticos repetiram ao longo do século XX.

Caracterizarei então o *êthos* filosófico próprio à antologia crítica de nós mesmos como uma prova histórico-prática dos limites que

podemos transpor, portanto, como o nosso trabalho sobre nós mesmos como seres livres.

[...]

CONCLUSÃO

Um pequeno resumo para terminar e retornar a Kant. Não sei se algum dia nos tornaremos maiores. Muitas coisas em nossa experiência nos convencem de que o acontecimento histórico da *Aufklärung* não nos tornou maiores; e que nós não o somos ainda. Entretanto, parece-me que se pode dar um sentido a essa interrogação crítica sobre o presente e sobre nós mesmos formulada por Kant ao refletir sobre a *Aufklärung*. Parece-me que esta é, inclusive, uma maneira de filosofar que não foi sem importância nem eficácia nesses dois últimos séculos. É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *êthos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível.

Essa atitude filosófica deve se traduzir em um trabalho de pesquisas diversas: estas têm sua coerência metodológica no estudo tanto arqueológico quanto genealógico de práticas enfocadas simultaneamente como tipo tecnológico de racionalidade e jogos estratégicos de liberdades; elas têm sua coerência teórica na definição das formas historicamente singulares nas quais têm sido problematizadas as generalidades de nossa relação com as coisas, com os outros e conosco. Elas têm sua coerência prática no cuidado dedicado em colocar a reflexão histórico-crítica à prova das práticas concretas. Não sei se é preciso dizer hoje que o trabalho crítico também implica a fé nas Luzes; ele sempre implica, penso, o trabalho sobre nossos limites, ou seja, um trabalho paciente que dá forma à impaciência da liberdade.

TEXTO 6 A CONSCIÊNCIA PODE CONHECER TUDO?

Marilena Chaui
(1941)

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. pp. 165-170; 176.

CONSCIÊNCIA E CONHECIMENTO

Vimos que a teoria do conhecimento, distinguindo o Eu, a pessoa, o cidadão e o sujeito, assim como distinguindo graus de consciência (passiva, vivida, reflexiva), tem como centro a figura do sujeito do conhecimento, na qualidade de consciência de si reflexiva ou atividade permanente racional que conhece a si mesma.

Que acontecerá, porém, se o sujeito do conhecimento descobrir que a consciência possui mais um grau, além dos três que mencionamos e, sobretudo, quando descobrir que não se trata exatamente de mais um grau da consciência, mas de algo que a consciência desconhece e sobre o qual nunca poderá refletir diretamente? Que esse algo, desconhecido ou só indiretamente conhecido, determina tudo quanto a consciência e o sujeito sentem, fazem, dizem e pensam? Em outras palavras, que sucederá quando o sujeito do conhecimento descobrir um limite intransponível chamado o **inconsciente**?

O INCONSCIENTE

Freud escreveu que, no transcorrer da modernidade, os humanos foram feridos três vezes e que as feridas atingiram o nosso narcisismo¹, isto é, a bela imagem que possuíamos de nós mesmos como seres conscientes racionais e com a qual, durante séculos, estivemos encantados. Que feridas foram essas?

A primeira foi a que nos infligiu Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do Universo e que os homens não eram o centro do mundo. A segunda foi causada por Darwin, ao provar que os homens descendem de um primata, que são apenas um elo na evolução das espécies e não seres especiais, criados por Deus para dominar a Natureza. A terceira foi causada por Freud com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a menor parte e a mais fraca de nossa vida psíquica.

Na obra Cinco ensaios sobre a psicanálise, Freud escreve:

A Psicanálise propõe mostrar que o Eu não somente não é senhor na sua própria casa, mas também está reduzido a contentar-se com informações raras e fragmentadas daquilo que se passa fora da consciência, no restante da vida psíquica... A divisão do psíquico num psíquico consciente e num psíquico inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, sem a qual ela seria incapaz de compreender os processos patológicos, tão frequentes quanto graves, da vida psíquica e fazê-los entrar no quadro da ciência... A psicanálise se recusa a considerar a consciência como constituindo a essência da vida psíquica, mas nela vê apenas uma qualidade desta, podendo coexistir com outras qualidades e até mesmo faltar.

¹ Conta o mito que o jovem Narciso, belíssimo, nunca tinha visto sua própria imagem. Um dia, passeando por um bosque, viu um lago. Aproximou-se e viu nas águas um jovem de extraordinária beleza e pelo qual apaixonou-se perdidamente. Desejava que o outro saísse das águas e viesse ao seu encontro, mas como o outro parecia recusar-se a sair do lago, Narciso mergulhou nas águas, foi às profundezas à procura do outro que fugia, morrendo afogado. Narciso morreu de amor por si mesmo, ou melhor, de amor por sua própria imagem ou pela autoimagem. O narcisismo é o encantamento e a paixão que sentimos por nossa própria imagem ou por nós mesmos porque não conseguimos diferenciar o eu e o outro.

A PSICANÁLISE

Freud era médico psiquiatra. Seguindo os médicos de sua época, usava a hipnose e a sugestão no tratamento dos doentes mentais, mas sentia-se insatisfeito com os resultados obtidos.

Certa vez, recebeu uma paciente, Anna O., que apresentava sintomas de histeria, isto é, apresentava distúrbios físicos (paralisias, enxaquecas, dores de estômago), sem que houvesse causas físicas para eles, pois eram manifestações corporais de problemas psíquicos. Em lugar de usar a hipnose e a sugestão, Freud usou um procedimento novo: fazia com que Anna relaxasse num divã e falasse. Dizia a ela palavras soltas e pedia-lhe que dissesse a primeira palavra que lhe viesse à cabeça ao ouvir a que ele dissesse (posteriormente, Freud denominaria esse procedimento de “técnica de associação livre”).

Freud percebeu que, em certos momentos, Anna reagia a certas palavras e não pronunciava aquela que lhe viera à cabeça, censurando-a por algum motivo ignorado por ela e por ele. Notou também que, em outras ocasiões, depois de fazer a associação livre de palavras, Anna ficava muito agitada e falava muito. Observou que, certas vezes, algumas palavras a faziam chorar sem motivo aparente e, outras vezes, a faziam lembrar de fatos da infância, narrar um sonho que tivera na noite anterior.

Pela conversa, pelas reações da paciente, pelos sonhos narrados e pelas lembranças infantis, Freud descobriu que a vida consciente de Anna era determinada por uma vida inconsciente, que, tanto ela quanto ele, desconheciam. Compreendeu também que somente interpretando as palavras, os sonhos, as lembranças e os gestos de Anna chegaria a essa vida inconsciente.

Freud descobriu, finalmente, que os sintomas histéricos tinham três finalidades: 1. contar indiretamente aos outros e a si mesma os sentimentos inconscientes; 2. punir-se por ter tais sentimentos; 3. realizar, pela doença e pelo sofrimento, um desejo inconsciente intolerável.

Tratando de outros pacientes, Freud descobriu que, embora, conscientemente, quisessem a cura, algo neles criava uma barreira, uma resistência inconsciente à cura. Por quê? Porque os pacientes sentiam-se interiormente ameaçados por alguma coisa dolorosa e temida, algo que haviam penosamente esquecido e que não suportavam lembrar. Freud descobriu, assim, que o esquecimento consciente operava simultaneamente de duas maneiras: 1. como resistência à terapia; 2. sob a forma da doença psíquica, pois o inconsciente não esquece e obriga o esquecido a reaparecer sob a forma dos sintomas da neurose e da psicose.

Desenvolvendo com outros pacientes e consigo mesmo esses procedimentos e novas técnicas de interpretação de sintomas, sonhos, lembranças, esquecimentos, Freud foi criando o que chamou de análise da vida psíquica ou psicanálise, cujo objeto central era o estudo do inconsciente e cuja finalidade era a cura de neuroses e psicoses, tendo como método a interpretação e como instrumento a linguagem (tanto a linguagem verbal das palavras quanto a linguagem corporal dos sintomas e dos gestos).

A VIDA PSÍQUICA

Durante toda sua vida, Freud não cessou de reformular a teoria psicanalítica, abandonando alguns conceitos, criando outros, abandonando algumas técnicas terapêuticas e criando outras. Não vamos, aqui, acompanhar a história da formação da psicanálise, mas apresentar algumas de suas principais ideias e inovações.

A vida psíquica é constituída por três instâncias, duas delas inconscientes e apenas uma consciente: o **id**, o **superego** e o **ego** (ou o **isso**, o **supereu** e o **eu**). Os dois primeiros são inconscientes; o terceiro, consciente.

O **id** é formado por instintos, impulsos orgânicos e desejos inconscientes, ou seja, pelo que Freud designa como **pulsões**. Estas são regidas pelo **princípio do prazer**, que exige satisfação imediata. O **id** é a energia dos instintos e dos desejos em busca da realização

desse princípio do prazer. É a **libido**. Instintos, impulsos e desejos, em suma, as pulsões, são de natureza sexual e a sexualidade não se reduz ao ato sexual genital, mas a todos os desejos que pedem e encontram satisfação na totalidade de nosso corpo.

Freud descobriu três fases da sexualidade humana que se diferenciam pelos órgãos que sentem prazer e pelos objetos ou seres que dão prazer. Essas fases se desenvolvem entre os primeiros meses de vida e os cinco ou seis anos, ligadas ao desenvolvimento do **id**: a **fase oral**, quando o desejo e o prazer localizam-se primordialmente na boca e na ingestão de alimentos e o seio materno, a mamadeira, a chupeta, os dedos são objetos do prazer; a **fase anal**, quando o desejo e o prazer localizam-se primordialmente no ânus e as excreções, fezes, brincar com massas e com tintas, amassar barro ou argila, comer coisas cremosas e sujar-se são os objetos do prazer; e a **fase genital** ou **fase fálica**, quando o desejo e o prazer localizam-se primordialmente nos órgãos genitais e nas partes do corpo que excitam tais órgãos. Nessa fase, para os meninos, a mãe é o objeto do desejo e do prazer; para as meninas, o pai.

No centro do **id**, determinando toda a vida psíquica, encontra-se o que Freud denominou de **complexo de Édipo**, isto é, o desejo incestuoso pelo pai ou pela mãe. É esse o desejo fundamental que organiza a totalidade da vida psíquica e determina o sentido de nossas vidas.

O **superego**, também inconsciente, é a censura das pulsões que a sociedade e a cultura impõem ao **id**, impedindo-o de satisfazer plenamente seus instintos e desejos. É a repressão, particularmente a repressão sexual. Manifesta-se à consciência indiretamente, sob a forma da moral, como um conjunto de interdições e de deveres, e por meio da educação, pela produção da imagem do “eu ideal”, isto é, da pessoa moral, boa e virtuosa. O **superego** ou censura desenvolve-se num período que Freud designa como **período de latência**, situado entre os seis ou sete anos e o início da puberdade ou adolescência. Nesse período, forma-se nossa personalidade moral e social, de

maneira que, quando a sexualidade genital ressurgir, estará obrigada a seguir o caminho traçado pelo superego.

O ego ou o eu é a consciência, pequena parte da vida psíquica submetida aos desejos do id e à repressão do superego. Obedece ao **princípio da realidade**, ou seja, à necessidade de encontrar objetos que possam satisfazer ao id sem transgredir as exigências do superego.

O ego, diz Freud, é “um pobre coitado”, espremido entre três escravidões: os desejos insaciáveis do id, a severidade repressiva do superego e os perigos do mundo exterior. Por esse motivo, a forma fundamental da existência para o ego é a **angústia**. Se se submeter ao id, torna-se imoral e destrutivo; se se submeter ao superego, enlouquece de desespero, pois viverá numa insatisfação insuportável; se não se submeter à realidade do mundo, será destruído por ele. Cabe ao ego encontrar caminhos para a angústia existencial. Estamos divididos entre o princípio do prazer (que não conhece limites) e o princípio da realidade (que nos impõe limites externos e internos).

Ao ego-eu, ou seja, à consciência, é dada uma função dupla: ao mesmo tempo **recalcar** o id, satisfazendo o superego, e satisfazer o id, limitando o poderio do superego. A vida consciente normal é o equilíbrio encontrado pela consciência para realizar sua dupla função. A loucura (neuroses e psicoses) é a incapacidade do ego para realizar sua dupla função, seja porque o id ou o superego são excessivamente fortes, seja porque o ego é excessivamente fraco.

O inconsciente, em suas duas formas, está impedido de manifestar-se diretamente à consciência, mas consegue fazê-lo indiretamente. A maneira mais eficaz para a manifestação é a **substituição**, isto é, o inconsciente oferece à consciência um substituto aceitável por ela e por meio do qual ela pode satisfazer o id ou o superego. Os substitutos são imagens (isto é, representações analógicas dos objetos do desejo) e formam o imaginário psíquico, que, ao ocultar e dissimular o verdadeiro desejo, o satisfaz indiretamente por meio de

objetos substitutos (a chupeta e o dedo, para o seio materno; tintas e pintura ou argila e escultura para as fezes, uma pessoa amada no lugar do pai ou da mãe). Além dos substitutos reais (chupeta, argila, pessoa amada), o imaginário inconsciente também oferece outros substitutos, os mais frequentes sendo os sonhos, os lapsos e os atos falhos. Neles, realizamos desejos inconscientes, de natureza sexual. São a satisfação imaginária do desejo.

Alguém sonha, por exemplo, que sobe uma escada, está num naufrágio ou num incêndio. Na realidade, sonhou com uma relação sexual proibida. Alguém quer dizer uma palavra, esquece-a ou se engana, comete um lapso e diz uma outra que nos surpreende, pois nada tem a ver com aquela que se queria dizer. Realizou um desejo proibido. Alguém vai andando por uma rua e, sem querer, torce o pé e quebra o objeto que estava carregando. Realizou um desejo proibido.

A vida psíquica dá sentido e coloração afetivo-sexual a todos os objetos e todas as pessoas que nos rodeiam e entre os quais vivemos. Por isso, sem que saibamos por que, desejamos e amamos certas coisas e pessoas, odiamos e tememos outras. As coisas e os outros são investidos por nosso inconsciente com cargas afetivas de libido. É por esse motivo que certas coisas, certos sons, certas cores, certos animais, certas situações nos encham de pavor, enquanto outras nos encham de bem-estar, sem que o possamos explicar. A origem das simpatias e antipatias, amores e ódios, medos e prazeres está em nossa mais tenra infância, em geral nos primeiros meses e anos de nossa vida, quando se formam as relações afetivas fundamentais e o complexo de Édipo.

Essa dimensão imaginária de nossa vida psíquica – substituições, sonhos, lapsos, atos falhos, prazer e desprazer com objetos e pessoas – indica que os recursos inconscientes para surgir indiretamente à consciência possuem dois níveis: o nível do **conteúdo manifesto** (escada, mar e incêndio, no sonho; a palavra esquecida e a pronunciada, no lapso; pé torcido ou objeto partido, no ato falho;

afetos contrários por coisas e pessoas) e o nível do **conteúdo latente**, que é o conteúdo inconsciente real e oculto (os desejos sexuais).

Nossa vida normal se passa no plano dos conteúdos manifestos e, portanto, no imaginário. Somente uma análise psíquica e psicológica desses conteúdos, por meio de técnicas especiais (trazidas pela psicanálise), nos permite decifrar o conteúdo latente que se dissimula sob o conteúdo manifesto.

Além dos recursos individuais cotidianos que nosso inconsciente usa para manifestar-se, e além dos recursos extremos e dolorosos usados na loucura (nela, os recursos são os **sintomas**), existe um outro recurso, de enorme importância para a vida cultural e social, isto é, para a existência coletiva. Trata-se do que Freud designa com o nome de **sublimação**.

Na sublimação, os desejos inconscientes são transformados em uma outra coisa, exprimem-se pela criação de uma outra coisa: as obras de arte, as ciências, a religião, a Filosofia, as técnicas, as instituições sociais e as ações políticas. Artistas, místicos, pensadores, escritores, cientistas, líderes políticos satisfazem seus desejos pela sublimação e, portanto, pela realização de obras e pela criação de instituições religiosas, sociais, políticas etc.

Porém, assim como a loucura é a impossibilidade do ego para realizar sua própria função, também a sublimação pode não ser alcançada e, em seu lugar, surgir uma **perversão** social ou coletiva, uma loucura social ou coletiva. O nazismo é um exemplo de perversão, em vez de sublimação. A propaganda, que induz em nós falsos desejos sexuais pela multiplicação das imagens de prazer, é um outro exemplo de perversão ou de incapacidade para a sublimação.

O inconsciente, diz Freud, não é o subconsciente. Este é aquele grau de consciência como consciência passiva e consciência vivida não-reflexiva, podendo tornar-se plenamente consciente. O inconsciente, ao contrário, jamais será consciente diretamente, podendo ser captado apenas indiretamente e por meio de técnicas especiais de interpretação desenvolvidas pela psicanálise.

A psicanálise descobriu, assim, uma poderosa limitação às pretensões da consciência para dominar e controlar a realidade e o conhecimento. Paradoxalmente, porém, nos revelou a capacidade fantástica da razão e do pensamento para ousar atravessar proibições e repressões e buscar a verdade, mesmo que para isso seja preciso desmontar a bela imagem que os seres humanos têm de si mesmos. Longe de desvalorizar a teoria do conhecimento, a psicanálise exige do pensamento que não faça concessões às ideias estabelecidas, à moral vigente, aos preconceitos e às opiniões de nossa sociedade, mas que as enfrente em nome da própria razão e do pensamento. A consciência é frágil, mas é ela que decide e aceita correr o risco da angústia e o risco de desvendar e decifrar o inconsciente. Aceita e decide enfrentar a angústia para chegar ao conhecimento: somos um caníço pensante.

[...]

TEXTO 7

UMA DIFICULDADE NO CAMINHO DA PSICANÁLISE

Sigmund Freud
(1856 – 1939)

FREUD, Sigmund. *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas, vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, pp. 145-153.

Para começar, direi que não se trata de uma dificuldade intelectual, de algo que torne a psicanálise difícil de ser entendida pelo ouvinte ou pelo leitor, mas de uma dificuldade afetiva - alguma coisa que aliena os sentimentos daqueles que entram em contato com a psicanálise, de tal forma que os deixa menos inclinados a acreditar nela ou a interessar-se por ela. Conforme se poderá observar, os dois tipos de dificuldade afinal, equivalem-se. Onde falta simpatia, a compreensão não virá facilmente.

Os que agora me leem, presumo, nada têm a ver com o assunto até o momento, e serei obrigado, portanto, a retroceder um pouco. A partir de um grande número de observações e impressões individuais, algo com a natureza de uma teoria tomou forma, afinal, na psicanálise, algo que é conhecido pelo nome de “teoria da libido”. Como é sabido, a psicanálise preocupa-se com o esclarecimento e a eliminação dos denominados distúrbios nervosos. Como houvesse que encontrar um ponto de partida, do qual se pudesse abordar esse problema decidiu-se procurá-lo na vida instintual da mente. As hipóteses acerca dos instintos do homem vieram, portanto, a formar a base da nossa concepção de doença nervosa.

A psicologia, conforme é ensinada academicamente, dá-nos apenas respostas muito inadequadas a questões que dizem respeito

à nossa vida mental, mas em nenhum outro sentido a sua informação é tão escassa quanto no que concerne aos instintos.

Abriu-se-nos a possibilidade de fazer nossas sondagens como nos agrada. O consenso popular distingue entre a fome e o amor como sendo os representantes de instintos que visam, respectivamente, à preservação do indivíduo e à reprodução da espécie. Aceitamos essa distinção bastante evidente, de tal modo que também na psicanálise fazemos uma distinção entre os instintos autopreservativos ou instintos do ego, por um lado, e os instintos sexuais, por outro lado. À força pela qual o instinto sexual está representado na mente chamamos “libido” – desejo sexual – e consideramo-la como algo análogo à fome, à vontade de poder e assim por diante, na medida em que diz respeito aos instintos do ego.

Com esse dado como ponto de partida, prosseguimos para efetuar a nossa primeira descoberta importante. Aprendemos que, quando tentamos compreender os distúrbios neuróticos, sem dúvida o maior significado liga-se aos instintos sexuais; que, na verdade, as neuroses são os distúrbios específicos, por assim dizer, na função sexual; que, de um modo geral, o fato de a pessoa desenvolver ou não uma neurose, depende da quantidade de sua libido e da possibilidade de saciá-la e de descarregá-la através da satisfação; que a forma assumida pela doença é determinada pela forma com que o indivíduo atravessa o curso de desenvolvimento da sua função sexual, ou, conforme o formulamos, pelas fixações a que sua libido se submeteu no decorrer do seu desenvolvimento; e, ademais, que, por uma técnica especial e não muito simples de influenciar a mente, conseguimos esclarecer a natureza de determinados tipos de neuroses e, ao mesmo tempo, eliminá-las. Nossos esforços terapêuticos obtêm seu maior êxito com uma determinada classe de neuroses que provêm de um conflito entre os instintos do ego e os instintos sexuais. Porque, nos seres humanos, pode acontecer que as exigências dos instintos sexuais, cujo alcance se estende muito além do indivíduo, pareçam, ao ego, constituir um perigo que ameaça a sua autopreservação ou a sua autoestima. O ego assume então a

defensiva, nega aos instintos sexuais a satisfação que almejam e força-os pelos caminhos estreitos da satisfação substitutiva, que se tornam manifestos como sintomas nervosos.

O método psicanalítico de tratamento é, então, capaz de submeter a revisão esse processo de repressão e conseguir uma solução melhor para o conflito – uma solução que seja compatível com a saúde. Opositores pouco inteligentes acusam-nos de parcialidade na avaliação dos instintos sexuais. “Os seres humanos têm outros interesses, além dos sexuais”, dizem eles. Nem por um momento esquecemos ou negamos esse dado. Nossa parcialidade é como a do químico, que atribui a todos os componentes a força da atração química. Nem por isso está negando a força da gravidade; deixa que o físico lide com ela.

Durante o processo de tratamento temos que considerar a distribuição da libido do paciente; procuramos representações objetais às quais esteja ligada e libertamo-la delas, de modo a colocá-la à disposição do ego. No decorrer desse processo, chegamos a formar uma imagem muito curiosa do original, a distribuição primeira da libido dos seres humanos. Fomos levados a presumir que, no início do desenvolvimento do indivíduo, toda a sua libido (todas as tendências eróticas, toda a sua capacidade de amar) está vinculada a si mesma – ou, como dizemos, catexiza o seu próprio ego. É somente mais tarde que, ligando-se à satisfação das principais necessidades vitais, a libido flui do ego para os objetos externos. Até então, não conseguimos reconhecer os instintos libidinais como tais e distingui-los dos instintos do ego. Para a libido, é possível desvincular-se desses objetos e regressar outra vez ao ego.

A condição em que o ego retém a libido é por nós denominada “narcisismo”, em referência à lenda grega do jovem, Narciso, que se apaixonou pelo próprio reflexo.

Assim, na nossa concepção, o indivíduo progride do narcisismo para o amor objetal. Não cremos, porém, que *toda* a sua libido passe do ego para os objetos. Determinada quantidade de libido é sempre retida pelo ego; mesmo quando o amor objetal é altamente

desenvolvido, persiste determinada quantidade de narcisismo. O ego é um grande reservatório, do qual flui a libido destinada aos objetos e para o qual regressa, vinda dos objetos. A libido objetal era inicialmente libido do ego e pode ser outra vez convertida em tal. Para a completa sanidade, é essencial que a libido não perca essa mobilidade plena. Como ilustração dessa situação, podemos pensar em uma ameba, cuja substância viscosa desprende pseudópodes, prolongamentos pelos quais se estende a substância do corpo, os quais, contudo, podem retrair-se a qualquer momento, de modo que a forma da massa protoplásmica seja restaurada.

O que estou tentando descrever neste esboço é a *teoria da libido* das neuroses, sobre a qual se fundamentam todas as nossas concepções acerca da natureza desses estados mórbidos, paralelamente às medidas terapêuticas para aliviá-los. Naturalmente, consideramos as premissas da teoria da libido válidas também para o comportamento normal. Falamos do narcisismo das crianças, e é ao excessivo narcisismo do homem primitivo que atribuímos sua crença na onipotência das suas ideias e as consequentes tentativas de influenciar o curso dos acontecimentos do mundo exterior pela técnica da magia.

Após essa introdução, proponho-me a descrever como o narcisismo universal dos homens, o seu amor-próprio, sofreu até o presente três severos golpes por parte das pesquisas científicas.

(a) Nas primeiras etapas de suas pesquisas, o homem acreditou, de início, que o seu domicílio, a Terra, era o centro estacionário do universo, com o sol, a lua e os planetas girando ao seu redor. Seguiu, assim, ingenuamente, os ditames das percepções dos seus sentidos, pois não sentia movimento na Terra, e, todas as vezes que conseguia uma visão sem obstáculos, encontrava-se no centro de um círculo que abarcava o mundo exterior. A posição central da Terra, de mais a mais, era para ele um sinal do papel dominante desempenhado por ela no universo e parecia-lhe ajustar-se muito bem à sua propensão a considerar-se o senhor do mundo.

A destruição dessa ilusão narcisista associa-se, em nossas mentes, com o nome e a obra de Copérnico, no século XVI. Muito antes dessa época, porém, já os pitagóricos haviam lançado dúvidas sobre a posição privilegiada da Terra, e, no século III a. C., Aristarco de Samos havia declarado que a Terra era muito menor que o sol e movia-se ao redor deste corpo celeste. Mesmo a grande descoberta de Copérnico, portanto, já fora feita antes dele. Quando essa descoberta atingiu um reconhecimento geral, o amor-próprio da humanidade sofreu o seu primeiro golpe, o golpe cosmológico.

(b) No curso do desenvolvimento da civilização, o homem adquiriu uma posição dominante sobre as outras criaturas do reino animal. Não satisfeito com essa supremacia, contudo, começou a colocar um abismo entre a sua natureza e a dos animais. Negava-lhes a posse de uma razão e atribuiu a si próprio uma alma imortal, alegando uma ascendência divina que lhe permitia romper o laço de comunidade entre ele e o reino animal. Curiosamente, esse aspecto de arrogância é ainda estranho às crianças, tal como o é para o homem primitivo. É consequência de uma etapa posterior, mais pretensiosa, de desenvolvimento. No nível do totemismo primitivo, o homem não tinha repugnância de atribuir sua ascendência a um ancestral animal. Nos mitos, que contêm resíduos dessa antiga atitude mental, os deuses assumem formas de animais, e na arte de épocas primevas são representados com cabeças de animais. Uma criança não vê diferença entre a sua própria natureza e a dos animais. Não se espanta com animais que pensam e que falam nos contos de fadas; transfere uma emoção de medo, que sente do seu pai humano, para um cão ou um cavalo, sem pretender com isso qualquer depreciação do pai. Só quando se torna adulta é que os animais se tornam tão estranhos a ela, que usa os seus nomes para aviltar seres humanos.

Todos sabemos que, há pouco mais de meio século, as pesquisas de Charles Darwin, e seus colaboradores e precursores puseram fim a essa presunção por parte do homem. O homem não é um ser diferente dos animais, ou superior a eles; ele próprio tem ascendência animal, relacionando-se mais estreitamente com

algumas espécies, e mais distanciadamente com outras. As conquistas que realizou posteriormente não conseguiram apagar as evidências, tanto na sua estrutura física quanto nas suas aptidões mentais, da analogia do homem com os animais. Foi este o segundo, o golpe biológico no narcisismo do homem.

(c) O terceiro golpe, que é de natureza psicológica, talvez seja o que mais fere. Embora assim humilhado nas suas relações externas, o homem sente-se superior dentro da própria mente. Em algum lugar do núcleo do seu ego, desenvolveu um órgão de observação a fim de manter-se atento aos seus impulsos e ações e verificar se se harmonizam com as exigências do ego. Se não se harmonizam, esses impulsos e ações são impiedosamente inibidos e afastados. Sua percepção interna, a consciência, dá ao ego notícias de todas as ocorrências importantes nas operações mentais, e a vontade, dirigida por essas informações, executa o que o ego ordena e modifica tudo aquilo que procura realizar-se espontaneamente. Isso porque a mente não é uma coisa simples; ao contrário, é uma hierarquia de instâncias superiores e subordinadas, um labirinto de impulsos que se esforçam, independentemente um do outro, no sentido da ação, correspondentes à multiplicidade de instintos e de relações com o mundo externo, muitos dos quais antagônicos e incompatíveis. Para um funcionamento adequado, é necessário que a mais elevada dessas instâncias tenha conhecimento de tudo o que está acontecendo, e que sua vontade penetre em tudo, de modo que possa exercer sua influência. E, com efeito, o ego sente-se seguro quanto à integridade e fidedignidade das informações que recebe, bem como quanto à abertura dos canais através dos quais impõe suas ordens.

Em determinadas doenças – incluindo as próprias neuroses que estudamos em particular –, as coisas são diferentes. O ego sente-se apreensivo; rebela-se contra os limites de poder em sua própria casa, a mente. Os pensamentos emergem de súbito, sem que se saiba de onde vêm, nem se possa fazer algo para afastá-los. Esses estranhos hóspedes parecem até ser mais poderosos do que os pensamentos

que estão sob o comando do ego. Resistem a todas as medidas de coação utilizadas pela vontade, não se deixam mover pela refutação lógica e não são afetados pelas afirmações contraditórias da realidade. Ou então os impulsos surgem, parecendo como que os de um estranho, de modo que o ego os rejeita; mas, ainda assim, os teme e toma precauções contra eles. O ego diz para consigo: “Isto é uma doença, uma invasão estrangeira”. Aumenta sua vigilância, mas não pode compreender por que se sente tão estranhamente paralisado.

É bem verdade que a psiquiatria nega que tais coisas signifiquem a intrusão, na mente, de maus espíritos vindos de fora; para além disso, no entanto, só consegue dizer com indiferença: “Degenerescência, inclinação hereditária, inferioridade constitucional!” A psicanálise procura explicar esses distúrbios misteriosos; empenha-se em cuidadosas e laboriosas investigações, delinea hipóteses e construções científicas, até que, finalmente, possa falar assim ao ego:

“Nada vindo de fora penetrou em você; uma parte da atividade da sua própria mente foi tirada do seu conhecimento e do comando da sua vontade. Isso, também, é porque você está tão enfraquecido em sua defesa; você está utilizando uma parte da sua força para combater a outra parte e é impossível concentrar a totalidade da sua força como você o faria contra um inimigo externo. E nem mesmo é a parte pior ou menos importante das suas forças mentais que se tornou, desse modo, antagônica e independente de você. A culpa, sou forçado a dizer, está em você mesmo. Você superestimou sua força quando achou que podia tratar seus instintos sexuais da maneira que quisesse e ignorar absolutamente as intenções desses instintos. O resultado é que se rebelaram e assumiram suas próprias vias obscuras para escapar a essa supressão; estabeleceram seus direitos de uma forma que você não pode aprovar. O modo pelo qual conseguiram isso e os caminhos que tomaram não chegaram ao seu conhecimento. Tudo o que você sabe é a consequência do trabalho deles – o sintoma que você experimenta como sofrimento. Assim,

você não o reconhece como um derivativo dos seus próprios instintos rejeitados e não sabe que é uma satisfação substitutiva para eles.

“Todo o processo, no entanto, só se torna possível pela circunstância única de que você está equivocado também em um outro ponto importante. Sente-se seguro de que, está informado de tudo o que se passa em sua mente, se tem qualquer importância, porque nesse caso, crê você, sua consciência dá-lhe notícia disso. E se você não tem informação de algo que ocorre em sua mente, presume, confiante, que tal coisa não existe. Na verdade, você chega a considerar o que é “mental” como idêntico ao que é ‘consciente’ – isto é, aquilo que é conhecido por você –, apesar da mais óbvia evidência de que muito mais coisas devem acontecer em sua mente, do que aquelas que chegam à sua consciência. Vamos, deixe que lhe ensinem algo sobre esse problema! O que está em sua mente não coincide com aquilo de que você está consciente; o que acontece realmente e aquilo que você sabe, são duas coisas distintas. Normalmente, admito, a inteligência que alcança a sua consciência é suficiente para as suas necessidades; e você pode nutrir a ilusão de que fica sabendo de todas as coisas importantes. Em alguns casos, porém, como no de um conflito instintual como o que descrevi, a função da sua inteligência falha e sua vontade, então, não se estende para mais além do seu conhecimento. Em todo caso, contudo, a informação que alcança sua consciência é incompleta e muitas vezes não é de muita confiança. Com frequência, também, acontece que você só obtém informação dos eventos quando eles acabaram e quando você nada mais pode fazer para modificá-los. Mesmo se você não está doente, quem poderá dizer tudo o que está agitando sua mente, coisas que você não sabe ou das quais tem falsas informações? Você se comporta como um governante absoluto, que se contenta com as informações fornecidas pelos seus altos funcionários e jamais se mistura com o povo para ouvir a sua voz. Volte seus olhos para dentro, contemple suas próprias profundezas, aprenda primeiro a conhecer-se! Então, compreenderá por que está destinado a ficar doente e, talvez, evite adoecer no futuro.”

É assim que a psicanálise tem procurado educar o ego. Essas duas descobertas – a de que a vida dos nossos instintos sexuais não pode ser inteiramente domada, e a de que os processos mentais são, em si, inconscientes, e só atingem o ego e se submetem ao seu controle por meio de percepções incompletas e de pouca confiança –, essas duas descobertas equivalem, contudo, à afirmação de que o ego não é o senhor da sua própria casa. Juntas, representam o terceiro golpe no amor próprio do homem, o que posso chamar de golpe psicológico. Não é de espantar, então, que o ego não veja com bons olhos a psicanálise e se recuse obstinadamente a acreditar nela.

Provavelmente muito poucas pessoas podem ter compreendido o significado, para a ciência e para a vida, do reconhecimento dos processos mentais inconscientes. Não foi, no entanto, a psicanálise, apressemo-nos a acrescentar, que deu esse primeiro passo. Há filósofos famosos que podem ser citados como precursores – acima de todos, o grande pensador Schopenhauer, cuja “Vontade” inconsciente equivale aos instintos mentais da psicanálise. Foi esse mesmo pensador, ademais, que, em palavras de inesquecível impacto, advertiu a humanidade quanto à importância, ainda tão subestimada pela espécie humana, da sua ânsia sexual¹. A psicanálise tem apenas a vantagem de não haver afirmado essas duas propostas tão penosas (para o narcisismo) – a importância psíquica da sexualidade e a inconsciência da vida mental – sobre uma base em abstrato, mas demonstrou-as em questões que tocam pessoalmente cada indivíduo e o forçam a assumir alguma atitude em relação a esses problemas. É somente por esse motivo, no entanto, que atrai sobre si a aversão e as resistências que ainda se detêm, com pavor, diante do nome do grande filósofo.

¹ Essa última alusão, temos quase certeza, é feita a uma passagem de *O Mundo como Vontade e Ideia*, de Schopenhauer (publicado, pela primeira vez, em 1819).